



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA Nº 01/2008

1 Aos 18 dias do mês de março do ano de 2008, no horário das 14 horas, na sala de aulas
2 número 1 da Unidade Santa Adélia da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Rua
3 Santa Adélia, 166, Bangu, Santo André, realizou-se a primeira sessão ordinária do Conselho
4 Universitário (ConsUni) da UFABC do ano em curso, previamente convocada e presidida
5 pelo professor Luiz Bevilacqua, reitor, com a presença dos seguintes participantes: Adalberto
6 Fazio, diretor do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Adelaide Faljoni-Alario,
7 vice-reitora; Adriana Siqueira da Luz, representante dos servidores técnico-administrativos;
8 Christiane Marie Schweitzer, coordenadora do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI);
9 Eduardo de Moraes Gregores, pró-reitor de Pós-Graduação; Gabriel Kaffka Carvalho,
10 representante do corpo discente de Graduação; Gilberto Martins, representante dos servidores
11 docentes do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Guiou
12 Kobayashi, representante dos servidores docentes do Centro de Matemática, Computação e
13 Cognição (CMCC); Gustavo Adolfo Galati de Oliveira, representante dos servidores técnico-
14 administrativos; Helio Waldman, pró-reitor de Pesquisa; Itana Stiubiener, pró-reitora de
15 Graduação; Jeroen Johannes Klink, pró-reitor de Extensão; José Carlos Rodrigues da Silva,
16 pró-reitor de Administração; Marcos Roberto da Silva Tavares, representante dos servidores
17 docentes do CCNH; Pedro Carajilescov, diretor do CECS; Rodrigo Martins Santiago da Silva,
18 representante do corpo discente de Graduação; Sandro Silva Costa, representante dos
19 servidores docentes do CCNH; Sidney Jard da Silva, representante dos servidores docentes
20 do CECS e Valdecir Marvulle, diretor do CMCC. Servidores convidados pelo pró-reitor de
21 Administração: Armando César Franco, coordenador-geral de Planejamento substituto e
22 Maurício Bianchi Wojslaw, coordenador-geral de Recursos Humanos substituto. Ausências
23 justificadas: Leonardo Paulo Maia, representante dos servidores docentes do CMCC; Marcio
24 Rillo e Silvio Minciotti, representantes da comunidade civil. Apoio: Camila Binhardi Natal,
25 assistente em administração do Gabinete da Reitoria; Eloísa Helena da Silva Quitério,
26 secretária-geral; Reginaldo Fracasso, procurador; Soraya Aparecida Cordeiro de Macedo,
27 assistente em administração da Secretaria Geral. Havendo quorum legal, o magnífico reitor,
28 após cumprimentar os presentes, abre a sessão. Inicia-a com algumas considerações acerca
29 das alterações pontuais solicitadas pelo Ministério Público Federal (MPF) no Estatuto da
30 UFABC, terceiro item da ordem do dia da pauta desta sessão. Pondera que, de fato, a versão
31 atual do documento não é a ideal para o projeto da UFABC, mas recorda que a comissão
32 instituída pela Portaria nº 186, de 25 de julho 2007, está empenhada em sua revisão, bem
33 como do Regimento Geral e no escopo do Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI).
34 Propõe, no entanto, que o assunto seja adiado para a próxima sessão, dada sua complexidade e
35 conseqüente necessidade de discussão e esclarecimento da comunidade. Dr. Reginaldo
36 dispõe-se a discorrer a respeito. Avalia que tais alterações na redação do Estatuto são
37 imperativas por serem necessárias para que a escritura do terreno da UFABC possa ser
38 lavrada no cartório de registro de pessoas jurídicas. Considera que as exigências do MPF não
39 comprometem a essência da UFABC, tampouco implicam, juridicamente, em mudanças
40 relevantes em sua constituição, pois questões características, como concurso público para
41 admissão de pessoal, licitações, vinculação ministerial, entre outras, constam da Constituição
42 Federal e serão preservadas. Observa, ainda que a UFABC não é obrigada a acatar as
43 solicitações do MPF, mas, nesse caso, deverá justificar as razões pelas quais discorda e, caso
44 o Ministério não aceite as justificativas, será impedida de requerer o registro no cartório

1 competente. Desta feita, somente o Poder Judiciário, após um processo de tramitação que
2 pode durar anos, apresentará o resultado final. Alerta que isso acarretaria sérios prejuízos para
3 a UFABC, uma vez que a impediria de obter, por exemplo, a escritura do terreno do campus
4 Santo André. Professor Jeroen sugere que seja realizada uma reunião entre o procurador e os
5 conselheiros que ainda estejam em dúvida. A discussão prolonga-se por mais algum tempo e,
6 então, aprova-se, por 16 votos a favor e 2 abstenções, que o assunto seja retirado da pauta
7 desta sessão e discutido na próxima, a ser realizada, em caráter extraordinário, no dia 26 de
8 março de 2008, com possibilidade de postergação para a semana seguinte, caso não haja
9 tempo hábil para todas as discussões necessárias à conclusão do assunto. Os representantes do
10 corpo discente de graduação entregam um abaixo assinado, com cerca de 700 assinaturas, cuja
11 reivindicação é o adiamento da votação do assunto, conforme ora deliberado. Em seguida, em
12 atenção ao primeiro item da ordem do dia da pauta, vota-se a aprovação da ata da nona sessão
13 ordinária do ConsUni, realizada em 27 de novembro de 2007. Aprovada sem alterações.
14 Consoante o segundo item, vota-se a aprovação do calendário de sessões ordinárias do
15 ConsUni para o ano corrente. Professor Sandro sugere que a data da sessão de setembro seja
16 alterada por coincidir com o período de férias previsto no calendário acadêmico, de 01 a 20 de
17 setembro. Professor Marvulle sugere que a referida sessão seja realizada no dia 23 de
18 setembro e o calendário é, então, aprovado com essa alteração. Quanto ao quarto item da
19 pauta, professor Marvulle solicita ao ConsUni a homologação da aprovação *ad referendum*
20 para a duplicação da vaga de professor adjunto I do concurso de Teoria da
21 Computação/Inteligência Artificial, uma vez que não houve candidato aprovado no concurso
22 de Análise Numérica, ambos referentes ao Edital nº 7, publicado no Diário Oficial da União
23 em 21 de agosto de 2007. Após análise e aprovação do Conselho do CMCC, solicitou à
24 Reitoria a nomeação do segundo candidato aprovado no concurso de Teoria da
25 Computação/Inteligência Artificial, uma vez que é um procedimento legal e o CMCC
26 considera que os perfis do primeiro e segundo candidatos aprovados atendem às suas
27 necessidades, tanto na área de Teoria da Computação como na de Análise Numérica. Observa
28 tratar-se de uma área crítica para contratação de docentes, devido à concorrência do mercado.
29 Professor Bevilacqua pontua a importância da área de Análise Numérica. Professor Marcos
30 indaga o número de inscritos para o concurso de Análise Numérica, ao que o diretor do
31 CMCC responde que houve 6 inscrições, mas apenas 4 candidatos compareceram e nenhum
32 foi aprovado. Professor Guiou enfatiza a necessidade de maior divulgação. A solicitação de
33 homologação é, então, votada e aprovada por unanimidade. Em relação ao quinto item da
34 pauta, professor Waldman solicita a homologação da aprovação *ad-referendum* do projeto
35 “Implantação da Infra-estrutura de Ensino e Pesquisa da UFABC”, referente à Chamada
36 Pública MCT/FINEP/CT-INFRA - PROINFRA - 01/2007, cujo objetivo é a seleção pública
37 de propostas para apoio financeiro à execução de projetos institucionais de implantação,
38 modernização e recuperação de infraestrutura física de pesquisa nas instituições públicas de
39 ensino superior e/ou pesquisa. O projeto, inicialmente submetido em março de 2007, foi
40 reprovado porque, à época, a UFABC não possuía programas de pós-graduação aprovados.
41 No entanto, ao final do mesmo ano, um novo projeto foi preparado a partir do primeiro, que já
42 previa a multiusabilidade dos equipamentos solicitados e, para envio à FINEP, solicitou-se a
43 aprovação *ad-referendum* da Reitoria. Após algumas discussões acerca da condução do
44 processo, concluiu-se que será preciso rever os critérios utilizados, uma vez que não houve
45 atendimento a todas as demandas. Todavia, o professor Waldman solicita que a proposta
46 enviada seja mantida e afirma que as insatisfações serão consideradas no próximo edital, cuja
47 periodicidade é anual. Sugere, ainda, que se inicie um processo de discussão nesta
48 oportunidade, uma vez que já foi publicado um edital com prazo até março de 2008. Como a
49 demanda foi maior do que os recursos disponíveis, professor Bevilacqua solicitará à
50 presidência da FINEP um aporte de recursos para atender a um número maior de projetos, sob
51 justificativa de a universidade estar em fase de implantação. Além disso, deve criar um comitê
52 permanente de infra-estrutura de pesquisa da UFABC. Professor Fazio registra sua crítica e
53 solicita que conste em ata, em nome dos professores do CCNH e da pós-graduação, que o
54 centro foi prejudicado nesse processo, visto que suas necessidades não foram contempladas.

1 Professor Marvulle endossa as palavras do professor Fazzio e ressalta a importância da
2 comissão permanente, em prol da continuidade do processo e da garantia do atendimento às
3 demandas de todos os centros. Professor Sandro registra a grande insatisfação do corpo
4 docente do CCONH e opina que a discussão deveria ser iniciada antes do lançamento do edital.
5 Professor Marcos concorda com os professores Sandro e Fazzio quanto à divisão do projeto.
6 Professor Waldman admite que o processo, tanto neste ano quanto no anterior, não foi
7 estruturado do modo ideal, mas alega que a razão reside no fato de que, atualmente, não há
8 regras lógicas de divisão entre os centros, o que justifica que nem todas as suas necessidades
9 específicas sejam atendidas. Concorda que a criação de um comitê permanente possibilitará a
10 democratização da discussão, visto que, atualmente, o processo tem sido dirigido pelos
11 próprios interessados. Finalmente, a aprovação *ad-referendum* é submetida à votação e
12 homologada por 16 votos a favor e 2 abstenções. Professor Bevilacqua comenta que a
13 proposta da criação de um comitê permanente é muito oportuna e que sua atuação não deve se
14 restringir apenas a esse edital. Em atenção ao sexto item, professora Christiane é convidada a
15 apresentar proposta de normas gerais e políticas de segurança da área. Relata que este
16 documento começou a ser concebido a partir da necessidade de estabelecimento de regras
17 para ações como a instalação de softwares pelos usuários. Cita casos de alunos que tiveram
18 acesso a periódicos da CAPES, o que se caracteriza em permissão para livre acesso de alunos
19 de pós-graduação e professores. Ressalta que o intuito é a conscientização da comunidade
20 usuária dos recursos de informática da UFABC, além da definição de políticas que abranjam
21 instalação, segurança, uso de correio eletrônico, listas de discussão, entre outros. Professor
22 Marcos questiona se, por exemplo, os membros dos conselhos poderão encaminhar
23 mensagens eletrônicas recebidas aos que representam. Professora Christiane sugere que seja
24 designado um mediador da lista, como, por exemplo, as secretárias dos centros. Professor
25 Sandro comenta ter identificado diversos outros itens discutíveis, como alguns vetos que
26 considera inviáveis às práticas dos docentes. Sugere que o documento seja revisto. Diante da
27 quantidade de questionamentos, professor Bevilacqua propõe que o documento seja analisado
28 pelos conselheiros e que sugestões de alteração sejam remetidas ao NTI. Professor Marvulle
29 questiona se esse regimento foi elaborado por alguma comissão. Professora Christiane afirma
30 que não, mas explica que foi elaborado a partir de questões observadas desde que assumiu a
31 coordenação da área. Informa, porém, que a intenção é que seja criado um conselho de NTI.
32 Professor Sidney adverte que não se deve trocar segurança por liberdade e que é preciso
33 atentar ao que possa infringir questões éticas. Professor Guiou opina que o código seja mais
34 rigoroso com uma série de regras que assegurem certa estabilidade. Concorda que o e-mail
35 institucional deva ser utilizado para assuntos referentes à instituição, mas considera
36 interessante haver um comitê de ética para discutir questões associadas às políticas de TI.
37 Professor Gilberto pontua que estas normas devem resultar em uma resolução do ConsUni,
38 aberta à comunidade e sugere, pois, a elaboração de uma minuta para aprovação. Professor
39 Bevilacqua concorda com a observação, mas pondera que o próprio NTI deve compor essa
40 comissão. Reitera-se, então, que as sugestões dos conselheiros devem ser enviadas ao NTI
41 para análise e alterações do documento ora apresentado. Professora Itana enfatiza a
42 importância de que as normas sejam estabelecidas em curto prazo. Professor Waldman
43 comenta que, em termos de normas de segurança, há dois critérios gerais a serem
44 considerados: não devem gerar incômodo aos usuários, mas sim, serem capazes de identificar
45 os mal intencionados. Professor Sandro sugere que esse documento seja menos extenso e que
46 as regras sejam válidas para todos os usuários, sem exceção. Professor Marvulle sugere que a
47 nova versão do documento seja apresentada já na próxima sessão ordinária. Aprovado por
48 unanimidade. Em seguida, o professor Bevilacqua inicia os Informes da Reitoria, primeiro
49 item do expediente da pauta desta sessão. Comunica que a desapropriação do terreno da
50 Avenida dos Estados já foi autorizada por meio de Decreto Presidencial. Dr. Reginaldo
51 informa que será ofertado ao proprietário do terreno o valor de R\$ 4.280.000,00. Se houver
52 acordo, a aquisição será efetuada por vias administrativas, caso contrário, por vias judiciais.
53 Professor Bevilacqua comenta ter solicitado ao prefeito do campus um estudo para verificar a
54 viabilidade de utilização deste terreno para construção de um prédio destinado exclusivamente

1 a laboratórios, com infra-estrutura adequada, bem como de preservar, no campus, espaços
2 apropriados ao estudo, que propiciem maior permanência dos alunos na universidade. Em
3 relação à conclusão do Bloco B, informa que as alterações no projeto inicial constituíram o
4 principal motivo do atraso no cronograma da construção, apesar da adoção do método pré-
5 moldado, que viabiliza a agilidade na obra. Afirma que a nova previsão de conclusão é o final
6 do mês de março ou meados de abril e que, desde 04 de março último, data em que o
7 professor Joel Pereira Felipe foi nomeado prefeito do campus, a coordenação de obras do
8 campus de Santo André está sob responsabilidade do engenheiro José Roberto Mihailov
9 Lopes. No ensejo, comenta ter solicitado ao prefeito do campus uma revisão total do projeto
10 arquitetônico do Bloco A. Face à previsão de contratação anual de cerca de cem docentes, nos
11 próximos três ou quatro anos deve haver grande demanda de laboratórios e, por essa razão,
12 reitera a importância da existência de um prédio específico, visto que, pelo fato de ter sido
13 construído com peças protendidas, o Bloco B não admitirá muitas alterações futuras. Quanto
14 ao terreno do segundo campus, localizado no município de São Bernardo do Campo, informa
15 ter sido adquirido por R\$ 50.000.000,00, sendo que R\$ 20.000.000,00 já foram transferidos
16 para a UFABC pelo Ministério da Educação. Além do valor destinado à aquisição, há R\$
17 9.700.000,00 para investimentos e R\$ 1.500.000,00 para custeio de projetos. A arquiteta
18 Mônica Mascarenhas Graner foi contratada para coordenar a elaboração do anteprojeto
19 arquitetônico do campus de São Bernardo do Campo, que, posteriormente, será detalhado pela
20 empresa que vencer a licitação. Comunica que um painel do artista plástico andreense Luiz
21 Sacilotto está sendo instalado no saguão de entrada do Bloco B. O custo total é de R\$
22 86.000,00, porém, a arquiteta, que foi quem sugeriu sua instalação, já obteve R\$ 45.000,00 a
23 título de doação. Em atenção ao segundo item, professora Christiane é convidada a expor o
24 Sistema de Informações para o Ensino (SIE), criado e desenvolvido pela Universidade
25 Federal de Santa Maria (UFSM). Relata um breve histórico da escolha do SIE, em
26 substituição ao Sistema de Informações e Gestão Acadêmica (SIG@), da Universidade
27 Federal do Pernambuco (UFPE). Utilizado pela UFABC desde 2006, o SIG@ não atendia às
28 necessidades de todas as áreas da universidade, o que gerou a necessidade de módulos
29 adicionais. Embora não houvesse custo inicial para utilização do sistema, o desenvolvimento
30 e implantação de módulos adicionais gerariam um custo de R\$ 300.000,00 a R\$ 400.000,00,
31 além do prazo de atendimento, que não seria o adequado. Devido a todos esses fatores,
32 começou a investigar o SIE em outras universidades e, no dia 21 de novembro de 2007,
33 acompanhada do pró-reitor de administração, visitou a UFSM para negociar o valor inicial de
34 R\$ 2.500.000,00 para a aquisição do sistema, além de verificar se atenderia toda a demanda
35 da UFABC: graduação, pós-graduação, administração etc. Antes dessa decisão, consultou
36 informalmente as áreas demandantes e constatou vantagens no SIE, como o fato de ser um
37 sistema totalmente integrado e de estar em constante atualização. Por fim, informa que o
38 sistema fora negociado pelo MEC em R\$ 1.800.000,00, mas a UFABC fechou a negociação
39 em R\$ 1.000.000,00. A pretensão é que o cronograma de instalação esteja definido a partir de
40 abril e que a previsão de implantação é de 1 ano. Em relação ao terceiro item, professor
41 Waldman, coordenador da comissão instituída pela Portaria nº 23, de 18 de fevereiro de 2008,
42 expõe o convênio entre a UFABC e a empresa Alpargatas S/A para o projeto “Reciclagem e
43 desvulcanização da borracha das Sandálias Havaianas®”. Relatará em conjunto com este o
44 próximo item, que contempla os trabalhos realizados pela comissão. Considera simplista o
45 estabelecimento de um percentual fixo de *overhead*; entre os membros, há consenso de que o
46 percentual deva transitar entre 20 a 30%, incluso o percentual de 10% destinado à Fundação
47 de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP). Avalia que a questão não se limita ao
48 estabelecimento de um percentual, mas, sobretudo, à definição de políticas de uso do
49 *overhead*. No caso específico desse projeto, a comissão absteve-se de aprovar, em virtude de
50 não ter havido consenso na caracterização do *overhead*, entretanto, há grande interesse por
51 parte da universidade no estabelecimento de convênios dessa natureza, dada a necessidade de
52 interação entre as universidades tecnológicas e as empresas. Acrescenta, ainda, que a empresa
53 Alpargatas S/A está interessada em contratar o professor Carlos Schuracchio para estudar a
54 possibilidade de reutilização do material empregado na fabricação das Sandálias Havaianas®,

1 de modo a permitir a reincorporação do mesmo no sistema produtivo da empresa. Esclarece
2 que as análises laboratoriais serão fundamentais para amparar os estudos e conclusões do
3 professor e, a partir da obtenção de resultados, a segunda fase será realizada no próprio
4 processo produtivo. Em sua opinião, tais casos são inovações necessárias ao desenvolvimento
5 da UFABC como um todo. Quanto ao percentual de *overhead*, a posição da comissão é que
6 sejam mantidos os 10% destinados à FUNDEP e 10% à UFABC. A comissão elaborou uma
7 minuta de resolução com sugestão de políticas de uso e deve submetê-la à análise e votação
8 na próxima sessão do ConsUni. Em relação ao quinto item, o representante Gustavo comunica
9 que a publicação de uma portaria no DOU em 28 de dezembro de 2007, com a relação de
10 vagas de servidores técnico-administrativos para provimento em 2008, surpreendeu a
11 categoria, pois os próprios servidores não haviam sido sequer comunicados, quando considera
12 que o ideal teria sido uma consulta. Questiona se houve planejamento para a estimativa de tal
13 demanda. Professor Rodrigues afirma que os responsáveis pelas áreas foram consultados e
14 informaram suas necessidades, que foram atendidas parcialmente pelo MEC. Em relação às
15 vagas constantes da portaria, a pretensão era atender à demanda atual, por meio da
16 convocação de candidatos aprovados no primeiro concurso, realizado em 2006, que expirará
17 no dia 12 de abril de 2008. Gustavo questiona a razão por que o assunto não foi deliberado no
18 ConsUni e opina que os servidores técnico-administrativos devem participar dessas decisões.
19 Professor Bevilacqua informa que foi questionado em uma reunião realizada em Brasília no
20 mês de dezembro de 2007 e não houve tempo hábil para consulta ao conselho, visto que,
21 segundo o calendário aprovado, a próxima sessão estava prevista apenas para o mês de março
22 e o prazo de fechamento do orçamento para 2008 findava naquele dia. Gustavo argumenta que
23 a falta de planejamento foi a responsável pela não participação da classe. Professor
24 Bevilacqua considera que o ideal seria a criação de uma pró-reitoria de planejamento, para
25 interação, inclusive, com a sociedade e governo. Professor Rodrigues apresenta Armando,
26 coordenador-geral de planejamento substituto, presente nesta sessão para esclarecimentos
27 acerca dos seguintes assuntos, constantes do expediente da pauta: apresentação do Relatório
28 Anual de Atividades (incluindo Relatório Econômico - Financeiro) da UFABC de 2007 para
29 aprovação do ConsUni, de acordo com o artigo 19º, item g, do Estatuto e discussão e
30 aprovação da proposta orçamentária e orçamento interno da UFABC referentes ao ano de
31 2008, de acordo com o artigo 19º, item f, do Estatuto vigente. Ambos os assuntos constarão
32 da ordem do dia da pauta da I sessão extraordinária do ConsUni de 2008. Armando afirma
33 que houve planejamento, pois, em meados do primeiro semestre, a partir de consulta a todas
34 as áreas, uma projeção de necessidades foi preparada e enviada ao MEC, entretanto, a
35 resposta ocorreu apenas ao final do ano. Professor Sidney concorda e afirma que os
36 representantes do corpo docente enfrentam questões semelhantes, pois nem sempre
37 participam de decisões que, às vezes, são apenas comunicadas, o que compromete sua
38 atividade de representação no conselho. Professor Bevilacqua questiona quais são as dúvidas.
39 Gustavo e professor Sidney concordam que desejam participar do processo, não apenas ser
40 informados. Professor Gilberto questiona a publicação no DOU de vagas de docentes cedidas
41 a outras universidades. Professor Bevilacqua afirma que, do mesmo modo, soube do caso
42 apenas quando da publicação mencionada. Afirma, porém, que a UFABC não cedeu vagas, o
43 ocorrido é que o próprio MEC movimentou códigos de vagas para concurso entre as
44 instituições, mas solicitará maiores esclarecimentos ao ministro. Exemplifica outro mal
45 entendido, que é o fato de a Universidade de Brasília ter publicado um edital de concurso para
46 professor adjunto I cujo salário anunciado já prevê o reajuste negociado, mas ainda não
47 oficial. Professora Adelaide recorda que, graças à articulação do reitor, consta da lei de
48 criação que a UFABC tem a garantia de contratação, num prazo de 5 anos, de 600 professores
49 e 470 servidores técnico-administrativos. Adriana opina que o problema de comunicação não
50 existe em todas as áreas, pois, na pró-reitoria de administração, por exemplo, os servidores
51 estão bem informados, mas seria oportuna a divulgação de sinopses das reuniões da reitoria.
52 Mauricio, coordenador-geral de recursos humanos substituto, comenta a necessidade da
53 definição de pré-requisitos para os próximos editais de concursos públicos para servidores
54 técnico-administrativos. Explica o complexo fluxo de realização de concursos e alerta que, em

1 2008, é preciso observar os prazos do período eleitoral. Comenta que havia risco de perda de
2 dotação orçamentária caso os concursos, nomeações ou posses não fossem executados a
3 tempo. No caso da movimentação de códigos de vagas, esclarece que uma portaria ministerial
4 não altera o disposto na lei de criação. Entende, pois, tratar-se apenas uma medida
5 emergencial, justificada, que, oportunamente, será compensada. Segundo o MEC, esse é o
6 primeiro caso de redistribuição de código de vagas entre instituições. Entretanto, opina que,
7 ainda que haja planejamento, nem sempre nossas solicitações poderão ser atendidas pelo
8 MEC, que já costuma contribuir com a UFABC em diversos aspectos. Justifica, também, a
9 necessidade de convocação de aprovados no primeiro concurso, pois não haverá tempo hábil
10 para executar novo concurso. Declara, ainda, possuir relatórios comprobatórios das demandas
11 de todas as áreas, devidamente assinados por seus responsáveis. Em relação à alteração nas
12 regras de formação da pauta das sessões dos conselhos, Gustavo informa que parte de suas
13 dúvidas foram esclarecidas, mas questiona o fato de o calendário ter sido aprovado sem haver
14 a sessão em dezembro de 2007. Eloísa informa que a reunião foi suspensa por quorum
15 insuficiente, mas que o calendário foi enviado a todos os conselheiros, via correio eletrônico,
16 para análise e eventuais sugestões de alteração e, conforme constava do corpo da mensagem,
17 seria considerado aprovado caso não houvesse manifestações em contrário. Assim, a
18 secretaria dos conselhos seguiu o calendário proposto, sendo esta a primeira sessão.
19 Comunica, ainda, que as pautas têm sido enviadas com a antecedência acordada com os
20 próprios conselheiros. Segue-se para o sétimo item do expediente. Professora Adelaide
21 comenta que a questão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) está sendo abordada
22 na comissão de revisão do Regimento Geral e Estatuto, porém, por se tratar de um trabalho
23 amplo, que deve envolver toda a comunidade, há uma idéia da realização de um workshop
24 para começar a promover tal discussão. Informa que já existe um documento, que poderá ser
25 considerado para o reconhecimento do curso de Bacharelado em Tecnologia da UFABC, que
26 não foi apresentado nessa sessão por excesso de assuntos na pauta, mas que deverá ser incluso
27 na próxima. Além disso, alerta para a necessidade de se discutir a criação de uma comissão
28 específica do PDI. Sugere que sejam realizados workshops periódicos. Professor Guiou
29 disserta a respeito do trabalho que tem sido realizado pela comissão e opina que, devido ao
30 método a ser adotado, que envolve consultar as bases, a atividade mais dispendiosa deverá ser
31 a consolidação e operacionalização dessas informações. Sugere que haja grupos de trabalho e
32 informa que há um site em desenvolvimento para o compartilhamento de informações de
33 todos os grupos da comunidade universitária, com listas e sugestões. Enfatiza a importância
34 de se manter o desenvolvimento e atualização constante do PDI, por meio de um grupo
35 permanente de trabalho. Na próxima sessão, deve propor a criação desse grupo. Em sua
36 opinião, o PDI é mais relevante do que o próprio Estatuto, que entende ser apenas uma
37 formalização jurídica das pretensões registradas no PDI. Professor Bevilacqua observa que o
38 dinamismo da era atual impede que tais instrumentos normativos permaneçam inalterados por
39 longo prazo, o que implica em constante revisão e atualização. Quanto ao próximo ponto,
40 considera que, de fato, a comissão permanente de pessoal docente deva ser criada o quanto
41 antes, organizada por este conselho: primeiro, a estrutura que a compõe, depois, os nomes que
42 devem compô-la. Dispõe-se a trazer uma proposta, com critérios de avaliação e perfil desta
43 comissão, para análise e posterior constituição. Professor Gilberto recorda que, em função de
44 redistribuições, algumas avaliações já foram efetuadas, mas deve-se atentar ao fato de que,
45 devido à perspectiva de contratação de centenas de docentes, são necessárias definições
46 breves. Professor Bevilacqua pretende, também, solicitar aos conselhos de centro propostas
47 para a próxima sessão. Professor Sidney questiona ao professor Marvulle se, como anunciado
48 anteriormente, foi realizada reunião entre os diretores de centro para delinear critérios de
49 avaliação e reitera a importância de os representantes dos docentes participarem dessa
50 comissão, para preservar sua autonomia de opinião. Professor Marvulle esclarece que cada
51 universidade possui suas próprias regras e que no momento, há uma comissão provisória
52 composta por ele e os professores Bevilacqua e Waldman que analisam os casos existentes.
53 Por iniciativa própria, criou um comitê, composto por professores do CMCC que ingressaram
54 via redistribuição, para estudarem o assunto e apresentarem uma proposta de critérios de

1 progressão docente, sobretudo para a área de matemática e computação. A partir desse
2 trabalho, elaborará uma proposição, com pareceres dos demais diretores de centro, devido às
3 especificidades de cada um deles. Quanto ao próximo item, professor Bevilacqua comenta
4 que pretende conscientizar o Tribunal de Contas da União (TCU) da importância de observar,
5 no relatório de prestação de contas, além dos dados quantitativos, particularidades da vida
6 orgânica da universidade. Professor Rodrigues comunica que o relatório completo será
7 apresentado na próxima sessão extraordinária do ConsUni, a realizar-se no próximo 26 de
8 março, uma vez que, até o momento, ainda não recebeu todos os dados para compilação. O
9 relatório deve ser entregue no próximo dia 28, para eventuais correções e o prazo final é o dia
10 31. Admite que o prazo é exíguo, mas afirma que a pró-reitoria de administração começou a
11 trabalhar nesse relatório em dezembro de 2007. Professor Guiou observa que é necessário
12 planejamento para evitar situações emergenciais, nesse caso e no caso do orçamento.
13 Armando discorre a respeito do plano plurianual, que deve ser elaborado entre março e abril e
14 que contempla a expectativa de orçamento para o ano seguinte. Informa, ainda, que as ações
15 da UFABC já foram encaminhadas via SIMEC. Professor Bevilacqua solicita que Armando
16 envie a planilha para ciência e análise dos conselheiros. Armando sugere que haja interação
17 na formulação e revisão do PDI e do plano plurianual, já que ambos possuem um período
18 válido de 4 anos. Em atenção ao último item, professor Bevilacqua informa que ainda não
19 foram decididos os critérios de distribuição das salas de professores no Bloco B, mas que
20 devem ser discutidos com os diretores de centro e a comissão nomeada pela Portaria nº 57, de
21 22 de março de 2007, responsável por estudar a distribuição física dos espaços e instalações
22 do referido bloco. Professor Marvulle, presidente da comissão eleitoral nomeada pela Portaria
23 nº 17, de 07 de fevereiro de 2008, comunica que, no dia 17 de fevereiro, foram realizadas
24 novas eleições para representação discente nos conselhos, cujo mandato é de 1 ano. No
25 ensejo, professor Bevilacqua comunica que o professor Eduardo Gregores foi nomeado pró-
26 reitor de pós-graduação, em substituição ao professor Armando Zeferino Milioni e o professor
27 Adalberto Fazzio foi nomeado diretor do CCNH, em substituição ao professor Silvio Roberto
28 de Azevedo Salinas. Agradece-os pela colaboração despendida à universidade e deseja que
29 possam permanecer por longa data. Comunica que solicitará à Assessoria de Comunicação e
30 Imprensa da UFABC o envio do discurso proferido pelo Ministro de Estado Extraordinário de
31 Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, em 18 de fevereiro, que, apesar do
32 discurso jurídico, recomenda como leitura de reflexão. Enfatiza a importância de esse
33 conselho atentar às questões de ordem nacional. Como nenhum dos participantes desejasse
34 fazer uso da palavra, o magnífico reitor agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às
35 dezoito horas. Do que para constar, nós, _____, Camila Binhardi Natal, assistente em
36 administração da Reitoria e _____ Soraya Aparecida Cordeiro de Macedo, assistente
37 em administração da Secretaria Geral, lavramos a presente Ata, que após aprovada, será
38 igualmente assinada pelo magnífico reitor e demais presentes.